



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

Revista de Imprensa
08-06-2009

- 1 - Correio da Manhã, 08-06-2009, Dias Loureiro não tem nenhum bem em seu nome
- 2 - Diário Económico, 08-06-2009, BPN concedeu 334 milhões de crédito a accionistas
- 3 - Correio da Manhã, 08-06-2009, Cego, surdo e mudo
- 4 - Jornal de Notícias, 08-06-2009, Continuemos a fazer de conta
- 5 - Jornal de Notícias, 08-06-2009, Xeque-mate ao supervisor!
- 6 - Diário de Notícias, 08-06-2009, Clientes pedem a Bruxelas para investigar discriminação
- 7 - Diário de Notícias, 08-06-2009, Popular "entra" nos terminais de pagamentos com cartões
- 8 - Diário de Notícias, 08-06-2009, "É muito difícil provar a propriedade de um 'offshore'" - entrevista a António Pragal Colaço
- 9 - 24 Horas, 08-06-2009, Como antigos ministros ganham agora fortunas
- 10 - Jornal de Negócios, 08-06-2009, Grupo luso-americano interessado na compra do BON
- 11 - Jornal de Negócios, 08-06-2009, Constâncio confrontado com novos documentos e condições para continuar
- 12 - Jornal de Negócios, 08-06-2009, BPP: de que está a Justiça à espera?
- 13 - Jornal de Negócios, 08-06-2009, Um exemplo a não seguir
- 14 - Jornal de Negócios, 08-06-2009, PSD vence PS
- 15 - Meia Hora, 08-06-2009, O ponto de viragem



CASO BPN ■ OLIVEIRA E COSTA TAMBÉM ESCAPA A ARRESTO DE PATRIMÓNIO

Dias Loureiro não tem nenhum bem em seu n

■ Saldo médio das contas bancárias do ex-Conselheiro de Estado não ultrapassa os

■ TÂNIA LARANJO/EDUARDO DÁMASO

Dias Loureiro não tem bens em seu nome que permitam o arresto provisório na investigação do caso BPN. O CM sabe que o ex-administrador da SLN – e braço-direito de Oliveira e Costa no banco – escapou à penhora, depois de os investigadores terem analisado minuciosamente o seu património.

Os imóveis estão registados em nome de familiares ou pertencem a empresas sediadas em paraísos fiscais. As contas bancárias que tem em seu nome possuem saldos médios que não ultrapassam os cinco mil euros. Este trabalho de investigação foi desenvolvido nos últimos meses, desde que surgiram novos dados no inquérito, avançados por Oliveira e Costa e por outras fontes. Na prática, Dias Loureiro estava a ser investigado enquanto decorria a polémica política da sua permanência no Conselho de Estado.

Oliveira e Costa, ex-patrão do BPN, que se encontra em prisão preventiva, também escapou à penhora de bens. O antigo presidente do BPN passou os imóveis para o nome da mulher, como o CM noticiou em primeira mão, e ficou apenas com algumas acções e pouco dinheiro. Outra parte significativa do património está em nome dos filhos ou encontra-se igualmente em nome de empresas, cujas sedes se encontram em paraísos fiscais. Restavam as obras de arte, avaliadas em milhares de euros e algumas pertencentes ao próprio banco, que já foram apreendidas. Servem como garante do pagamento de uma eventual indemnização, caso a mesma seja determinada após o julgamento. O beneficiário será o Estado, que já

■ **Bens.**
A maior parte dos bens de Dias Loureiro está em nome de familiares.



PEREIRA CARVALHO

nacionalizou o banco.

Os investigadores confirmaram que Oliveira e Costa utilizou uma galeria de arte de Lisboa para movimentar fundos próprios para o estrangeiro, obtidos através de negócios ilícitos com a compra e venda de acções das sociedades do grupo SLN/BPN. Isso mesmo está reflectido em vários documentos, que apontam a galeria Filomena Soares e Santos, Lda., como instrumento de colocação de um milhão de euros numa conta na Suíça, transacção financiada a descoberto pelo Banco Insular.

Era através da compra e venda de quadros que o ex-banqueiro colocava uma parte do capital no estrangeiro.

O CM sabe que a audição de Dias

Loureiro – por determinação da Procuradoria-Geral da República e a pedido do ex-ministro –, que se prevê que ocorra em breve, veio trabalhar a investigação.

O Ministério Público e a PJ pretendiam que esta só ocorresse no final do inquérito, para evitar manobras jurídicas. Para os investigadores não é expectável que Dias Loureiro traga dados novos ao processo mas é cada vez mais evidente que dificilmente deixará de ser constituído arguido no inquérito. Oliveira e Costa, que viu renovado o prazo da prisão preventiva em Maio passado, tem vindo a colaborar com a investigação, fornecendo elementos considerados vitais para o inquérito. Na sua ida à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o caso BPN revelou muitos factos, mas, segundo apurou o *Correio da Manhã*, tudo o que ali foi dito já tinha sido declarado aos investigadores. ■



JOSE SEM GONCALVES/USA

Constâncio é hoje ouvido

● Vitor Constâncio, governador do Banco de Portugal (BdP), vai estar hoje na mira dos deputados da Comissão de Inquérito ao BPN.

O Parlamento quer apurar eventuais falhas de supervisão que possam ter conduzido ao buraco financeiro de 2,5 mil milhões de euros. Relatórios de inspecção mostram que o BdP tinha já detectado irregularidades em 2003 e 2005. ■

PAGAMENTO DE PRÉMIOS EM ANÁLISE

● Os custos com pessoal sofreram, em 2008, um agravamento de 30 milhões de euros causado por remunerações e prémios atribuídos a elementos do Conselho de Administração e que estão em análise.

■ **Na mira.** Os deputados que-rem apurar até que ponto existiram falhas na supervisão exercida por Vitor Constâncio ao BPN.



BALCÕES | REDE INTERESSANTE

Um dos grandes activos do BPN é a sua rede de 200 balcões. A administração de Francisco Bandeira já recebeu propostas para a alienação dos balcões



RATING | NOTAÇÃO REVISTA

Em 18 de Junho de 2008 a agência de rating Moody's passou a notação do BPN de Baa1 para Baa3, o que precipitou a corrida à retirada dos depósitos

GARANTIAS | CRÉDITO EM DÓLARES

Um empréstimo de seis milhões de dólares concedido a uma empresa do Grupo SLN teve a garantia do BPN e foi constituída uma provisão para aquele empréstimo

ome

cinco mil euros



SAIBA MAIS

● **REAL SEGUROS**
As rendibilidades geradas durante o ano de 2007 pelos activos afectos à representação das provisões matemáticas da Real foram significativamente inferiores às taxas garantidas aos clientes.

● **94,5%**
Foi o agravamento dos resultados registados em 2008 no BPN face a 2007. Uma comparação que deve ter como base a conta 'pró-forma' elaborada pela nova administração.

● **39,8%**
Foi a percentagem de descida da margem financeira face a 2007. Uma descida que reflecte a decisão da nova administração de pôr cobro a situações de capitalização de juros de operações activas vencidas.

● **QUEDA NOS DEPÓSITOS**
Os depósitos de poupança sofreram uma queda de 27 por cento em 2008, face aos resultados de 2007 (titulados numa conta pró-forma). Os depósitos à ordem registaram uma quebra de 24,6 por cento e os depósitos a prazo contrariaram esta tendência com uma subida de 17 por cento face ao registado em 2007.

Banco não paga impostos

■ O 'buraco' e os resultados negativos do Banco Português de Negócios (BPN) vão fazer com que a instituição não pague impostos nos próximos anos. Isso mesmo encontra-se contemplado no último relatório e contas. Na rubrica 'Impostos diferidos activos' refere-se que "os impostos diferidos activos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes dife-

renças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais"

Não há lucros para que sejam pagos impostos

Em face dos capitais próprios negativos que somam 1,6 mil milhões de euros e dos resultados de 2008 que ascenderam a 575,2 milhões de euros de prejuízo, bem como às dívidas levantadas quanto à recuperabilidade dos impostos diferidos activos registados nas contas estatutárias em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, a administração liderada por Francisco Bandeira resolveu anular, na íntegra, o cálculo e o pagamento

dos mesmos. Segundo explicou ao CM um dos membros da administração do banco, "não faz sentido com estes resultados contar com lucros futuros. Isto não significa a existência de um 'perdão fiscal', mas a constatação de que não existe lucro tributável"

O Grupo BPN tem vários processos de execução fiscal em contencioso com a Direcção-Geral dos Impostos, sendo o mais importante, aquele que diz respeito ao Banco Efisa e ao pagamento de 1,6 milhões de euros. Um processo que se encontra, para já, suspenso junto da Administração Fiscal. ■ M.A.G. e D.R.



A administração de Francisco Bandeira optou por anular os impostos

Provisões para correcções na BPN Serviços

● O Banco constituiu uma provisão de 8,4 milhões de euros para contingências fiscais relacionadas com liquidações adicionais realizadas pela Administração Fiscal através da Inspeção Tributária ao BPN Serviços relativamente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) dos exercícios dos anos de 2003 e 2004. ■

Oito milhões para frota automóvel da Rentilusa

● As contas de 2008 mostram que, durante 2007, a BPN Crédito adquiriu a frota gerida pela empresa Rentilusa, entidade do Grupo SLN, passando esta entidade a efectuar operações de sublocação operacional sobre a mesma frota. O banco reconheceu uma provisão para o valor líquido dessa frota de oito milhões de euros. ■

Advogados receberam 41 mil € de offshore ligada a Porto Rico

● O escritório de advogados Baião Castro, Nascimento e Associados recebeu, em 2002, 41,4 mil euros através de uma offshore sediada no Banco Insular e que efectuou pagamentos relativos ao negócio de Porto Rico.

Segundo a auditoria interna efectuada pela equipa de Miguel Cadilhe, a chamada 'Operação César', a Seaford Holdings LLC foi a base de

uma transferência para uma conta em Cayman do escritório de advogados, onde o Ministério Público efectuou recentemente buscas.

A mesma offshore assumiu os custos de uma transacção entre a Newtec Strategic Holdings e a NovaTech (a empresa criada para comercializar os produtos da Biometrics) no valor de 8,4 milhões de euros. ■

PORMENORES

● **CAPITAL GARANTIDO**
Foi constituída uma provisão de dois milhões de euros relativa a produtos vendidos aos clientes com capital e juro garantidos.

● **OPÇÕES DE VENDA**
O valor das opções de venda negociadas com clientes era superior a 2,4 milhões de euros.

● **CRÉDITOS RECOMPRADOS**
Existe uma provisão no valor de 6,4 milhões de euros para uma recompra de crédito.

● **TÍTULOS QUEBRAM 43,5%**
A carteira de títulos sofreu uma redução de 43,5% em resultado de estratégias defensivas.



O procurador Rosário Teixeira esteve presente nas buscas

CAIXA AVALIOU IMÓVEIS DO BPN

● Foi solicitada à Imocaixa (empresa do Grupo Caixa Geral de Depósitos) uma avaliação de todos os imóveis detidos pelos fundos imobiliários geridos pela BPN Imofundos.

ADAMASTOR GERA 24 MILHÕES DE PREJUÍZO

● O Projecto Adamastor, que estava relacionado com a rede Netpay, registou uma imparidade de 24,4 milhões de euros, directamente imputável aos resultados do BPN em 2007.

INVESTEC BANK DEU COLATERAIS À SLN

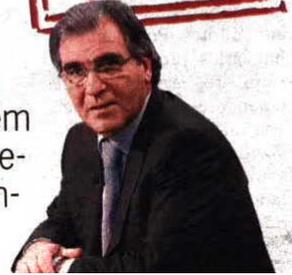
● O Investec Bank concedeu colaterais de 17 milhões de euros a financiamentos concedidos a empresas de Grupo SLN e que foram reconhecidos como incobráveis pela actual administração.



LOUREIRO SEM BENS PARA PENHORAR

**PATRIMÓNIO
EM EMPRESAS
OFFSHORE**

■ **Oliveira e Costa** também evita que riqueza seja apreendida **PÁGS. 4 E 5**



DESTAQUE **CONSTÂNCIO NA COMISSÃO PARLAMENTAR DO BPN**

BPN concedeu 334 milhões de crédito a accionistas

A inspecção do banco central ao BPN, em 2005, já anotava grandes problemas. Constâncio explica hoje porque nada fez.

Lígia Simões
e Sandra Almeida Simões
ligia.simoeseconomico.pt

O governador do Banco de Portugal enfrenta hoje um teste fundamental na Assembleia da República, onde volta a ser inquirido sobre as alegadas falhas de supervisão no caso BPN. Desta vez, porém, a oposição, liderada pelo CDS, tem um trunfo na mão, que não tinha na primeira audição: as inspecções que o supervisor fez ao banco, que apontaram vários problemas à sua gestão.

O documento central da polémica é o da inspecção que o Banco de Portugal fez ao BPN entre Dezembro de 2004 e Março de 2005. Um relatório com mais de 90 páginas, que Constâncio recusou dar aos deputados, alegando sigilo de supervisão. Nesse inquérito, o BdP detectou riscos consideráveis na carteira de crédito do BPN devido à elevada concentração existente a nível accionista. E alertou que 19% do crédito foi concedido pelo banco, que está agora nacionalizado, a accionistas e entidades relacionadas.

A conclusão do supervisor apontada no relatório do BdP - a que o Diário Económico teve acesso - volta, assim, a referir uma elevada exposição do banco a este tipo de créditos que constava já, em 2003, na auditoria da Deloitte referente às contas de 2002. Este deverá ser, aliás, um dos trunfos a utilizar hoje pelos deputados da oposição: o BdP até detectou muitos problemas, mas estes arrastaram-se durante vários anos, sem que o regulador utilizasse mais "músculo" para

O QUE DIZ O RELATÓRIO

● O BdP volta ainda a fazer eco dos alertas da Deloitte, ao chamar atenção para os "riscos consideráveis devido à elevada concentração" de créditos relacionados com o sector imobiliário.

● Em Setembro de 2004, tinham sido concedidos 334 milhões de euros de créditos aos 25 maiores accionistas da SLN e entidades relacionadas.

● O BdP alertou que as exposições sobre as diversas entidades associadas ao empresário libanês El Assir nunca foram reportadas como um grande risco de base consolidada.

obrigar à sua resolução.

A inspecção do BdP avança mesmo que o crédito concedido, directa ou indirectamente, aos 25 cinco maiores accionistas da SLN e entidades relacionadas representa duas vezes e meia o valor dos fundos próprios reportados pelo banco. Em Setembro de 2004 tinham sido concedidos pelo BPN 334 milhões de euros àquele grupo de accionistas.

O BdP volta a fazer eco dos alertas da Deloitte, ao chamar atenção para os "riscos consideráveis devido à elevada concentração" de créditos relacionados com o sector imobiliário. "52% das operações estão directa ou indirectamente relacionadas com a actividade imobiliária".

Na amostra de crédito seleccionada, surge ainda outro dado curioso: a apreciação dos créditos concedidos ao empresário libanês El Assir. Um cliente que, segundo Oliveira Costa, foi trazido para o BPN por Dias Loureiro. E que serviu de intermediário em alguns negócios, nomeadamente a compra da empresa porto-riquenha Biometrics, que resultou em graves prejuízos para a SLN.

Em Setembro de 2004, a exposição agregada do BPN sobre o grupo Abdul Rahman El Assir era de 43 milhões de euros. Um montante associado a créditos concedidos às empresas La Granjilla (Panamá), Miraflores Diechioccio (Panamá), Gransotto (Espanha) Adler Associates, Delas Enterprises e Ilea Finance (Belize), as três últimas através da filial BPN Cayman.

O relatório de inspecção do BdP alertou que as exposições sobre as diversas entidades associadas a El Assir não estavam a ser consideradas internamente como um único cliente e que nunca foram reportadas como um grande risco de base consolidada. As empresas-veículo do empresário libanês eram representadas por um procurador de nacionalidade espanhola, mas o BdP detecta vários factos que o levam a concluir que El Assir era o beneficiário último: alguns imóveis dados em garantia (chaleiros suíços) pertencentes ao empresário e um pedido de libertação de fundos concedidos pelo BPN (à La Granjilla), pelo próprio El Assir. ■

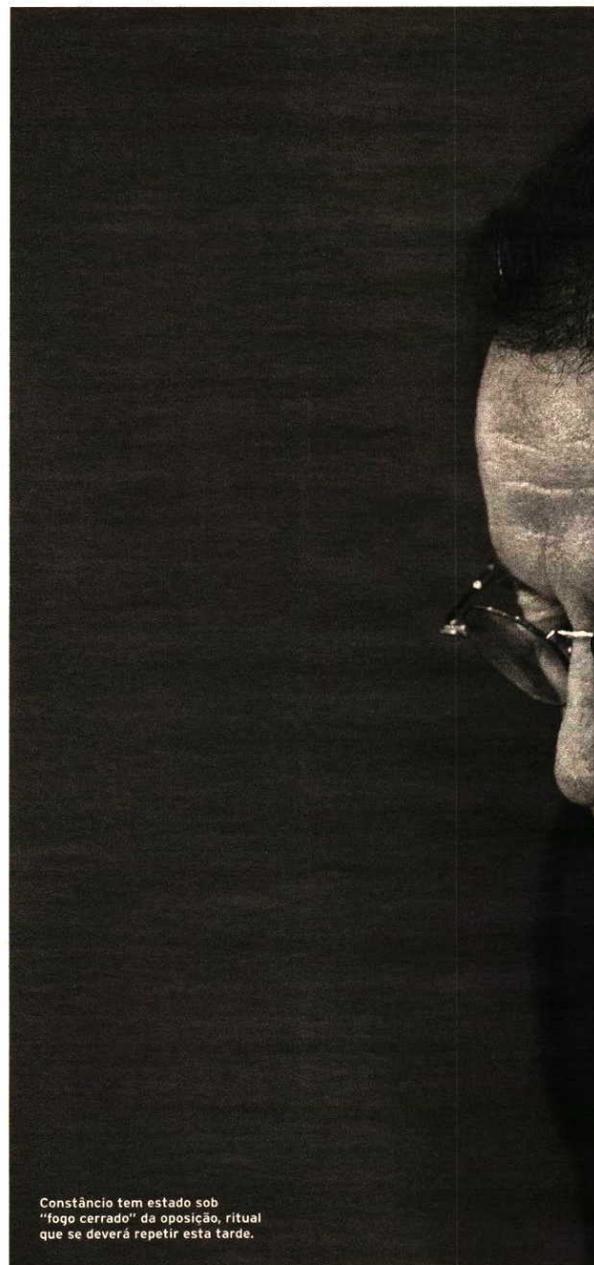


Acompanhe hoje a audição ao minuto, a partir das 16:00 horas, em Economico.pt

Relatório mostra dúvidas crónicas

Dúvidas, indícios e muita coisa por explicar. O relatório da inspecção do BdP ao BPN, feito no final de 2004, divulgado pela última edição do Semanário Económico, mostra que, tal como Constâncio tem dito, o supervisor até estava atento ao BPN. O problema é que, apesar de muitos indícios de irregularidades e omissões terem sido detectados, pouca coisa parece ter sido resolvida. Isto porque os mesmos problemas, ou alguns muito semelhantes, surgiram em várias análises do Banco de Portugal, mostrando que o

diagnóstico não foi suficiente. Em resposta às conclusões do relatório, fonte oficial do BdP defendeu, em declarações ao Semanário Económico, que tal não traz nada de novo. "As situações referidas nesse relatório não indiciam nem têm nada a ver com as situações fraudulentas posteriormente detectadas - a propriedade do Banco Insular e o Balcão Virtual", defende o BdP. Acrescenta ainda que os problemas encontrados foram alvo de "determinações específicas ao banco em causa". T.F.



Constâncio tem estado sob "fogo cerrado" da oposição, ritual que se deverá repetir esta tarde.

As perguntas a que o

A supervisão bancária do BdP vai estar hoje debaixo de fogo.

Lígia Simões
ligia.simoeseconomico.pt

O Governador do Bando de Portugal fala hoje aos deputados da comissão parlamentar de inquérito sobre a situação que levou à nacionalização do BPN e sobre a supervisão bancária, a partir das 16 horas. Por entre tantas dúvidas, há várias perguntas que continuam a pedir resposta. Hoje é das últimas oportunidades.

1 POR QUE NÃO SE DEIXOU O BANCO FALIR, SE OS DEPÓSITOS DOS CLIENTES ESTAVAM GARANTIDOS?

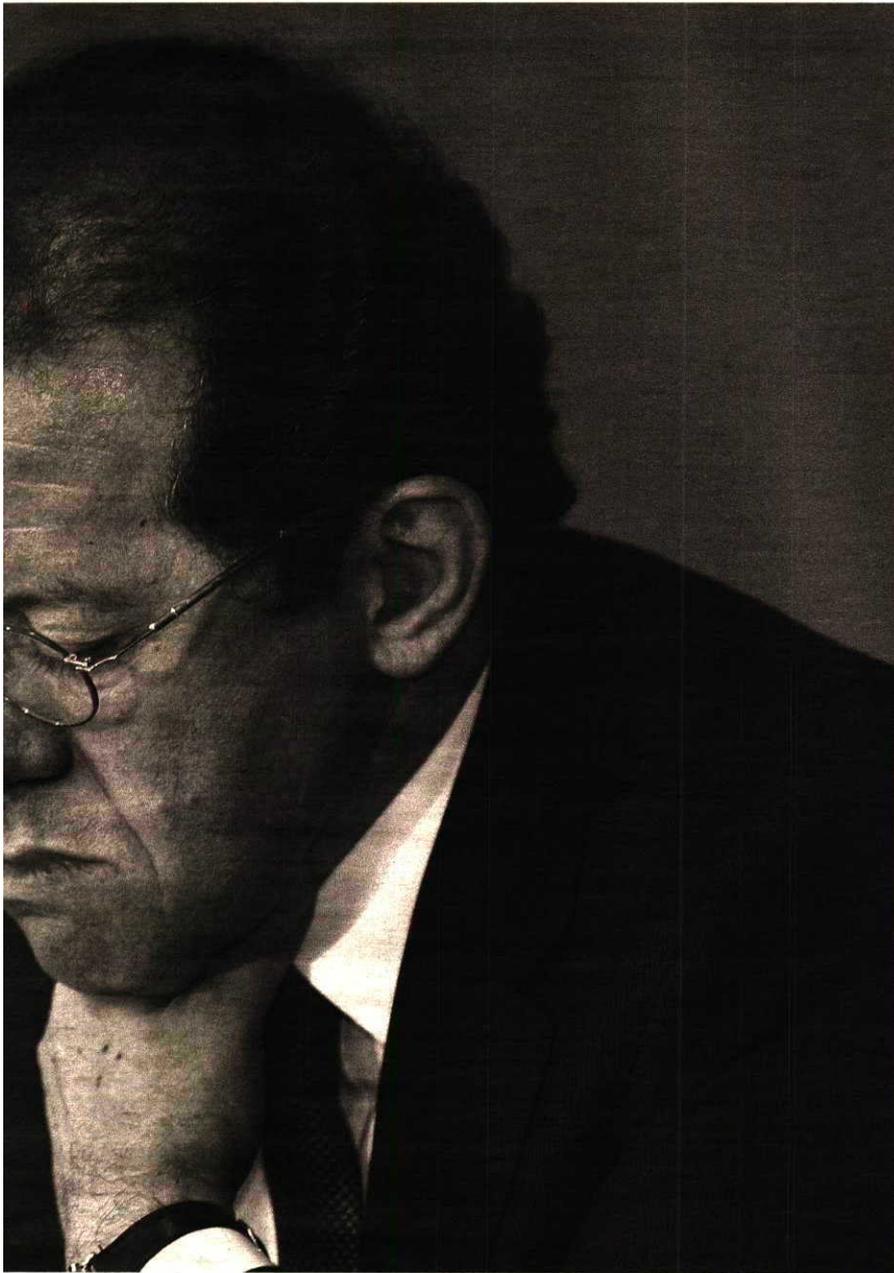
As autoridades têm justificado parcialmente a nacionalização com a defesa dos interesses dos direitos dos clientes do BPN, nomeadamente aqueles que têm depósitos no banco. No entanto, os depósitos estão, em teoria, garantidos pelo Fundo de Garantia dos Depósitos, actualmente até um valor de 100 mil euros. O BdP propôs a nacionalização do BPN num

PONTOS-CHAVE

Na inspeção de 2004-2005, o BdP detectou vários riscos, nomeadamente uma grande concessão de crédito aos próprios accionistas do grupo SLN/BPN.

Vitor Constâncio fala hoje, pela última vez, perante a comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, onde deverá reafirmar que a supervisão não falhou.

O parecer da auditora Deloitte às contas de 2008 do BPN diz que a situação actual do banco, nomeadamente do capital, "põe em causa a continuidade" da instituição.



Paula Nunes

Banco não sobrevive sem intervenção

A continuidade do BPN depende de um plano do Governo.

María Ana Barroso
maria.barroso@economico.pt

A débil situação financeira do Banco Português de Negócios (BPN) deixava já poucas dúvidas mas se, as houvesse, ficam desfeitas com o relatório da auditora Deloitte.

De acordo com o documento de auditoria às contas do banco, a que o Diário Económico teve acesso, "a continuidade das operações do banco encontra-se condicionada ao plano de viabilização que vier a ser aprovado pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças e ao sucesso da sua implementação". A Deloitte refere ainda que "até esta data [20 de Maio] não existe uma decisão definitiva sobre este assunto, nem o conselho de administração foi informado sobre qualquer decisão".

A auditora diz que "durante o segundo semestre de 2008, foram identificadas um conjunto de situações com impacto significativo nas demonstrações financeiras do banco, nomeadamente imparidades e provisões para crédito concedido e activos imobiliários". Factores que contribuíram para as contas finais do ano passado, em que o BPN registou um prejuízo de 575,2 milhões de euros e apresenta uma situação líquida negativa de 1,62 mil milhões de euros. "Esta situação põe em causa a continuidade das operações do banco", lembra a Deloitte. O Governo deverá anunciar uma decisão quanto ao futuro do banco ainda durante a primeira quinzena de Junho.

Apesar de ter sido necessário mexer nos números de 2007 para os tornar comparáveis com os de 2008, a Deloitte deixa claro, no seu relatório de auditoria, que não é responsável pelas contas de há dois anos. "Atendendo a que apenas fomos nomeados auditores do banco em 20 de Novembro de 2008, as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2007 não foram por nós examinadas e, consequentemente, não expressamos qualquer opinião sobre as mesmas", explica a auditora.

Reservas às contas

Resume-se a um só ponto as reservas às contas auditadas pela Deloitte. A empresa deixa a ressalva de que, à data de fecho das contas, faltava um conjunto de

PREJUÍZO DO BPN

575,23 milhões

de euros foi o prejuízo registado pelo Banco Português de Negócios em 2008 reflectindo, nomeadamente, o volume de imparidades da instituição.

informação necessária, que deixa dúvidas quanto a alguns passivos do banco.

Em causa, defende o auditor, está a ausência de resposta a informação solicitada a accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), antiga dona do BPN, e a empresas deste grupo.

"Até à data de conclusão do nosso trabalho, não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos por parte de um número significativo de advogados, accionistas da Sociedade Lusa de Negócios, e entidades pertencentes a este grupo". A Deloitte explica que, por essa razão, "não podemos concluir quanto à existência de eventuais passivos não registados". Refere ainda a auditora que não foi possível "a confirmação directa de saldos de clientes relativos a títulos depositados no banco".

Contactada pelo Diário Económico, fonte oficial da SLN assegura que "do que sabemos, respondemos a todas as perguntas feitas; mas não enjeitamos que, estando a falar de mais de 150 sociedades, poderá dar-se o caso de algumas, por uma questão de tempo, não tenham conseguido prestar informação nos prazos; tem apenas a ver com tempo e não com qualquer falta de vontade". ■

A Deloitte lembra, numa ressalva às contas, que não foi possível ter acesso a toda a informação necessária.

governador terá de responder

único parágrafo de sete linhas. Segundo o CDS/PP, tal significa que não terá feito estimativas dos custos da nacionalização, não orçamentou as despesas para o contribuinte, não tentou calcular o prejuízo do banco e não avaliou o risco sistémico da falência do BPN.

2 PORQUE DEMOROU TANTO TEMPO A DETECTAR AS IRREGULARIDADES?

Os primeiros sinais de problemas terão surgido já em 2002. Os auditores colocaram algumas reser-

vas às contas e o BdP defende que os problemas foram resolvidos. No entanto, a verdade é que situações do mesmo tipo voltam a surgir em nova inspeção, em 2005. A questão que se impõe é se ao BdP não seria exigível que fizesse mais do que perguntas, cujas respostas, aparentemente, não terá confirmado devidamente.

3 QUANDO SE ESPERA A CONCLUSÃO DOS PROCESSOS AO BPN?

O BdP tem em curso seis proces-

sos de contra-ordenação sobre o BPN, isto para além das investigações de âmbito criminal da Procuradoria-Geral da República.

4 ESTE MODELO DE SUPERVISÃO É EFICAZ?

Constâncio já antecipou a resposta aos deputadas em carta enviada à presidente da Comissão. Considera que actuou com empenho, zelo e competência. A verdade é que chegaram ao domínio público três casos que não correram bem: BCP, BPN e BPP. ■



ID: 25440360

08-06-2009

Documentos confidenciais sobre BPN ameaçam Constâncio

O governador do Banco de Portugal vai hoje ao Parlamento responder aos deputados que prometem divulgar mais documentos.

Vitor Constâncio regressa hoje à comissão parlamentar sobre o BPN para defender a actuação do Banco de Portugal. Mas os deputados prometem pressionar o go-

vernador, anunciando a divulgação de documentos que mostram que o supervisor já sabia dos problemas do BPN. O Diário Económico mostra um desses re-

latórios. Em 2005, o regulador já falava de falhas no banco de Oliveira Costa, nomeadamente na concessão excessiva de créditos aos accionistas. — P26



Acompanhe hoje a audição do governador minuto a minuto, a partir das 16h00, em www.economico.pt



ESTADO DO SÍTIO

António Ribeiro Ferreira
Jornalista

Cego, surdo e mudo

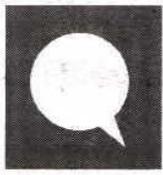
Um dia depois das eleições Europeias, o senhor governador do Banco de Portugal vai estar na comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN. A data escolhida pela maioria socialista tem que se lhe diga. Ainda por cima depois do seu cabeça-de-lista europeu, o doutor de Coimbra, Vital Moreira, ter andado na campanha eleitoral a dizer que os sociais-democratas estavam ligados à roubalheira do banco fundado por Oliveira e Costa. É verdade que o que aconteceu no BPN, e já agora no BPP de João Rendeiro e também a outra escala no BCP, é manifestamente um caso de polícia que tem de ser investigado e os responsáveis levados a tribunal. É evidente também que os indígenas deste sítio pobre, triste, manhoso e cada vez mais mal frequentado acreditam tanto na Justiça como no Pai Natal. E têm razão. Os responsáveis policiais e judiciais são notáveis nos nomes das operações, mostram ter uma imaginação sem limites para arranjar coisas como 'Apito Dourado', 'Furacão' e outras coisas mais, mas os resultados ficam normalmente muito aquém do esperado e do anunciado com muita pompa e circunstância. Seja como for, é digno de registo o trabalho efectuado pelos deputados da comissão de

inquérito ao caso BPN, com destaque para os representantes do CDS e do Bloco de Esquerda, que, de mãos limpas, têm revelado inúmeros documentos e preparado muito bem as questões que colocam aos principais protagonistas da roubalheira. E foi na sequência da segunda audição a Oliveira e Costa que Dias Loureiro decidiu, finalmente, demitir-se do Conselho de Estado. O banqueiro detido atirou-o positivamente pelas escadas abaixo ao fim de sete meses de resistência e de muitas contradições.

Agora chegou a vez do senhor Vítor Constâncio, que continua agarrado com unhas e dentes à cadeira de governador do Banco de Portugal. Cego, surdo e mudo, o homem que conseguiu inventar um défice orçamental para o senhor presidente do Conselho não cumprir uma data de promessas e aumentar os impostos em 2005 vai ser devidamente

Como Constâncio não pede desculpa, é legítimo que alguém lhe diga que tão ladrão é o que vai à horta como o que fica à porta

apertado e encostado à parede pelos deputados da comissão de inquérito. É óbvio que conhecendo o senhor não se espera que peça desculpa aos indígenas pelas suas falhas de supervisão e pelo dinheiro que o Estado já gastou e vai gastar com o BPN nacionalizado e, já agora, com o BPP. Mas, como não pede desculpa, é legítimo que alguém lhe diga que tão ladrão é o que vai à horta como o que fica à porta.



Opinião

Continuemos a fazer de conta



MÁRIO CRESPO
JORNALISTA

Façamos de conta que a mais-valia de 147 por cento do investimento de Aníbal Cavaco Silva e família não aparece nos dois mil milhões de prejuízos do BPN nacionalizado. Façamos de conta que não é o contribuinte português quem está a pagar esses dois mil milhões. Façamos de conta que é normal conseguir valorizar um investimento 147,5 por cento em menos de dois anos. Tudo isto fora do controlo das entidades fiscalizadoras e reguladoras do mercado de capitais. Façamos de conta que um conglomerado de bancos e offshores que compra coisas por dezenas de milhão, que vende depois por um dólar, e que rende mais do que a Dona Branca, é normal. Façamos de conta que um negócio gerido assim faz algum sentido no mercado. Façamos de conta que é acessível ao cidadão comum um negócio destes. Façamos de conta que sabemos todas as circunstâncias da compra e da recompra das acções de tão prodigiosa mais valia, que a família Silva detinha no projecto de Dias Loureiro e Oliveira e Costa. Façamos de conta que a SLN não tem nada a ver com o BPN. Façamos de conta que o BPN e a SLN não têm um número invulgar de gente do PSD envolvido nas suas actividades. Façamos de conta que Aníbal Cavaco Silva não é a personalidade de mais influência no PSD. Façamos de conta que os termos SLN, Sociedade Lusa de Negócios ou SLN Valor aparecem no comunicado da Presidência da República de 23 de Novembro de 2008. Façamos de conta que, nesta fase de dúvidas, é aceitável uma declaração como a emitida pelo Palácio de Belém sem referências ao valioso investimento familiar no mais controverso dos projectos financeiros da história de Portugal. Quando é só esse investimento que está causa. Por ser uma aplicação num projecto de licitude duvidosa. Façamos de conta que o Chefe Executivo desse projecto não tinha sido um íntimo colaborador de Aníbal Cavaco Silva responsável por finanças públicas. Façamos de conta que entre 2001 e 2003 os negócios do BPN e da SLN decorriam de forma irrepreensível e



FRANCISCO PROVIDÊNCIA

FAÇAMOS DE CONTA QUE e o que passou no BPN e na SLN não é mesmo uma enorme "roubalheira". Façamos de conta que há outro termo para descrever correctamente o saque de dois mil milhões de dinheiro dos portugueses.

no cumprimento integral da lei da República. Façamos de conta que não foi por escolha pessoal do Presidente da República que Dias Loureiro foi nomeado Conselheiro de Estado. Façamos de conta que, como o Presidente disse, estar Dias Loureiro no Conselho de Estado era a mesma coisa que estar António Ramalho Eanes ou Mário Soares ou Jorge Sampaio. Façamos de conta que o Presidente relatou tudo o que devia ter relatado ao País sobre os seus activos passados nos projectos de Oliveira e Costa e Dias Loureiro. Façamos de conta que não há gente presa por causa do BPN. Façamos de conta que não vai haver mais gente presa. Façamos de conta que o que se passou no BPN e na SLN não é mesmo uma enorme "roubalheira". Façamos de conta que há outro termo para descrever correctamente um saque de dois mil milhões de dinheiro dos portugueses. Façamos de conta que não conseguimos imaginar quantas escolas, quantos hospitais, quantas contas de farmácia, quantas pensões mínimas, quantas refeições decentes se podem comprar com esse dinheiro. Façamos de conta que basta, apenas, cumprir rigorosamente a Lei e ignorar o que a Lei não diz, para se ser inquestionavelmente ímpoluto. Façamos de conta que não sabemos o que se está a passar à nossa volta. Até onde aguenta o País continuarmos a fazer de conta que não vemos?



Xeque-mate ao supervisor!



HONÓRIO NOVO
DEPUTADO PCP

Opinião

Não concordo que se transforme num circo a audição com o governador do Banco de Portugal. Tão pouco gostaria de a ver transformada numa sessão cineclubista. Gostaria apenas de imaginar que Vítor Constâncio vai hoje finalmente colaborar com a Comissão de Inquérito (CI), facultando a documentação que lhe tem sonogado e que alguns (e não apenas o "clima eleitoral" de Nuño Melo), têm tentado conseguir por portas travessas...

As falhas da supervisão em Portugal nada têm a ver com o modelo praticado entre nós. Tem antes a ver com a displicência e a ineficácia com que tem sido exercida.

Atente-se no caso BCP, onde situações inconcebíveis passaram a "leste da supervisão", ou no BPP, com novas e clamorosas falhas de supervisão.

No BPN, inspecções realizadas mostravam ou indicavam tudo ou quase tudo. Fazer perguntas

SE O PS CONTINUAR a proteger a supervisão e Vítor Constâncio, comprometerá definitivamente os trabalhos de uma comissão que gerou boas expectativas.

certas no momento certo, e exigir respostas atempadas, foi coisa que o Banco de Portugal (BdP) pouco fez. Tal como nunca mandou fazer nenhuma auditoria externa ou ameaçou com a nomeação de administra-

dores delegados. Só que o actual quadro legal permitia fazer tudo isso há muitos anos...

Vítor Constâncio está muito debilitado e não há relatório do FMI que lhe valha. Em Novembro de 2008, num debate anterior à criação da CI, já eu perguntava a Vítor Constâncio se achava que tinha condições políticas e de credibilidade (até por causa da crise financeira global que desabava), para continuar em funções. Pelos vistos, Vítor Constâncio continua a pensar que sim...

Lamentável foi a posição do PS ao impedir que a CI requeresse o levantamento do segredo profissional que o BdP usou para impedir o acesso a documentação e obstaculizar os trabalhos da Comissão.

Não é aceitável que a CI, e a própria Assembleia (um órgão de soberania), pela mão do PS, tenham sido enxovalhados e subjugados às imposições de Constâncio.



Clientes mudam de estratégia mas vão continuar a ocupar BPP

LEONARDO LEBRÃO/DN

Accionistas alvo da fúria dos clientes

João Rendeiro, através do "veículo" Joma Advisers; Francisco Pinto Balsemão; Stefano Saviotti, dos hotéis D. Pedro; Joaquim Coimbra, empresário e também accionista do Banco Português de Negócios, BPN são os principais accionistas do Privado Holding, que, por sua vez, controla directamente o Banco Privado Português, agora interencionado pelo Banco de Portugal. Cerca de 54% do capital da holding está disperso por pequenos accionistas, com participações inferiores a 2,5%. Os clientes do retorno absoluto prometem esta semana pressionar directamente João Rendeiro que, com o seu "veículo", controla 13,6% da Privado Holding. Outras figuras públicas alvo dos clientes serão Stefano Saviotti, Joaquim Coimbra e Francisco Pinto Balsemão, do grupo Sojornal.

Clientes pedem a Bruxelas para investigar discriminação

Caso BPP. Clientes deslocam-se a Bruxelas para pedir análise dos pagamentos efectuados a estrangeiros e a bancos nacionais e dizem ter sido preteridos. Protestos centram-se nos accionistas

■ RUDOLFO REBÉLO

Os clientes do "retorno absoluto" do BPP – que reivindicam ter aplicações semelhantes a depósitos – vão esta semana a Bruxelas, pedir à Comissão Europeia que investigue a discriminação de que foram alvo quando o banco pagou, no final do ano passado, "aplicações a investidores estrangeiros e a bancos nacionais" com fundos de um empréstimo bancário ao BPP de 450 milhões de euros, avalizado pelo Estado.

O que estará em causa na reunião com Elmer Tertak, responsável para a área das instituições financeiras da Comissão Europeia,

será a "discriminação" de clientes, já que a prioridade do banco, sustentam, foi o pagamento a estrangeiros.

Estes pagamentos terão tido origem no famoso "balanço de 24 de Novembro" do ano passado – uma lista elaborado pelo BPP e que deu prioridade aos pagamentos a clientes estrangeiros e instituições bancárias, garantem. Os beneficiários destes pagamentos nunca foram oficialmente identificados e os clientes pretendem agora que a Comissão apure os critérios que presidiram aos referidos pagamentos. Vão também pedir à Comissão que questione o Banco de Portugal sobre o tipo de

produtos e aplicações saldadas de imediato ao abrigo do empréstimo cedido pelo colégio de bancos, com o aval do Estado.

Ontem, cerca de uma centena de clientes continuavam a ocupar as instalações da sede do Banco Privado, em Lisboa.

Esta semana, o Governo deverá apresentar uma solução para os clientes – com base na proposta do Banco de Portugal e da CMVM, com a constituição de uma sociedade financeira, fora do BPP e com aval do Estado – mas a pressão dos clientes do retorno abso-

luto será, já a partir de hoje, dirigida aos accionistas de referência da Privado Holding, que domina o Banco Privado Português (ver caixa).

"Até agora, os accionistas nada fizeram para resolver um problema que também é deles", referiu ao DN um dos clientes "barricado" no edifício sede do banco, classificando como "estranho" a proposta da Privado Holding de contribuir com apenas 25 milhões de euros para "cobrir as necessidades de capital. É que, afirmam, o banco apresenta insuficiências entre os 300 e os 800 milhões de euros"

e pediu ao Estado "uma injeção de 125 milhões de euros".

Os clientes recordam que Teixeira dos Santos sempre afirmou

que o "problema do BPP era um problema dos accionistas".

Os clientes pretendem também saber qual a estratégia dos accionistas para o futuro do banco e que "tipo e amplitude" de "exposição" têm perante o banco. Ou seja, pretendem saber qual o montante dos empréstimos contraídos junto do BPP.

Para os accionistas representados na Privado Holding é consensual que o BPP terá de ser considerado insolvente, caso o Estado não sustente a sua recuperação através da injeções de capitais públicos. Em Maio, a administração de Adão da Fonseca – actual presidente do BPP, indigado pelo Banco de Portugal – apresentou uma proposta de recuperação em que previa a entrada de dinheiros públicos, que deverá ser oficialmente chumbada pelo Governo. ■

As figuras-chave para esta semana

A solução a aplicar aos clientes do retorno absoluto do BPP passa pelo plano desenhado pela supervisão, que poderá ser chamada a intervir no terreno mais activamente

Governo

Teixeira dos Santos

● "Solução para muito breve", segundo o Executivo, deverá sair esta semana. Plano de "resgate" deverá passar pela convocação de um conselho de ministros.



CMVM

Carlos Tavares

● Considerado o melhor aliado dos clientes do BPP, é o principal artífice da solução para salvar as poupanças dos clientes do retorno absoluto.



Banco central

Vitor Constâncio

● No terreno, o governador do Banco de Portugal terá um papel estratégico na solução a aplicar. É o mal-amado dos clientes, e alvo de muitas críticas.





Clientes do BPP endurecem posições

Vão pedir à Comissão Europeia que investigue pagamentos a investidores estrangeiros e bancos nacionais. **BOLSA, pág. 39**

Popular 'entra' nos terminais de pagamento com cartões

Negócio. Banco acaba de lançar novo modelo de terminal, o 'TPIÁ', móvel e sem fios, que o comerciante compra e pode usar de imediato

■ PAULA CORDEIRO

Mais um banco em Portugal entrou no negócio dos pagamentos electrónicos para comerciantes. Trata-se do Banco Popular, que lançou recentemente um novo modelo de terminal de pagamento automático (TPA), o "TPIÁ", móvel e sem fios, que o comerciante adquire e de imediato pode começar a usar. Para tal, precisa apenas de ser cliente do Popular e possuir uma conta, para receber os pagamentos dos seus clientes efectuados através dos terminais.

Como explicou ao DN Jorge Pereira, gestor deste novo produto para comerciantes do Popular, es-



O trunfo do Banco Popular assenta na rapidez de instalação, para além da mobilidade

Comércio queixa-se das taxas

As taxas pagas pelos comerciantes, por receberem pagamentos com cartões, têm sido motivo de forte polémica, especialmente junto do pequeno comércio, que se queixa de pagar comissões muito elevadas. No entanto, quer pelo aumento da concorrência do negócio quer pelo aumento dos volumes pagos com cartão, **o certo é que estas taxas têm vindo a cair.** De acordo com dados da Unicre, de uma comissão média de 2,6% em 2003, os comerciantes pagaram, em média, 1,48% em 2007. O *acquirer*, que recebe esta comissão do comerciante, paga por sua vez uma comissão ao emissor do cartão em causa, normalmente um banco, e outra à empresa que detém o suporte tecnológico e processa a operação (processador).

tes terminais, logo que adquiridos, estão prontos a ser utilizados para pagamentos com cartões de débito, precisando apenas de ser adaptados para receber pagamentos com cartões de crédito. "Inspirámo-nos nos serviços de operadores móveis e a comercialização do produto é a nossa principal fonte de receita", referiu. Outro objectivo será, obviamente, captar clientes e ganhar quota de mercado entre comerciantes e pequenos negócios.

O trunfo do produto do Popular assenta essencialmente na rapidez e facilidade de instalação, além da sua mobilidade.

O novo serviço do Popular utili-

za como *acquirer* (quem gere a aceitação do pagamento com cartão) a Unicre. Assim, o comerciante paga a esta empresa as comissões pelo serviço, ou seja, pelo uso da sua rede de aceitação de cartões.

Com o "TPIÁ!", são já quatro as entidades a entrar neste segmento de mercado, embora o Popular fique de fora da fatia mais apetecível do negócio, ou seja,

o *acquiring*. Além da Unicre, também o NetPay, do Banco Português de Negócios (BPN) e o NetCaixa, da Caixa Geral de Depósitos (CGD), estão presentes com

soluções de pagamento automático junto do comércio e distribuição, gerindo a aceitação dos pagamentos feitos nos seus terminais. Uma vez que o BPN foi

nacionalizado e a sua gestão foi entregue à CGD, não se sabe ainda o que vai acontecer ao NetPay, mas tudo indica que venha a ser integrado no NetCaixa. Neste momento, como referiu Jorge Pe-

reira, do Banco Popular, os dois *acquirers* estão a praticar as mesmas comissões, com os valores cobrados pela Unicre "em níveis muito idênticos". ■

Concorrem nesta área o NetPay (BPN) e o NetCaixa (CGD)



Alegações Finais António Pragal Colaço
Advogado

“É muito difícil provar a propriedade de um ‘offshore’”

■ CARLOS RODRIGUES LIMA

Qual é a diferença entre os casos BPN (Banco Português de Negócios) e BPP (Banco Privado Português)?

Os processos tiveram origens diferentes. O BPN iniciou-se com relatórios da CMVM e do Banco de Portugal e denúncias. No caso do BPN, as autoridades têm mais informação. Por isso é que o BPN está a ser investigado no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) e o BPP no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa.

Porque é que no BPN já há presos e no BPP não?

As situações são diferentes. O BPN é um banco de retalho. O BPP é um banco gestor de grandes fortunas. Os eventuais crimes praticados no BPN serão mais graves do que os do BPP. Isto porque, no primeiro, podem estar em causa actos de gestão ruínicos que prejudicaram o banco, enquanto no BPP, pelo que é público, estaremos perante desvios de dinheiro.

Os clientes do BPP querem que o Estado fique com as aplicações que fizeram até estas volta-



LUS FORN/LUSA

“As aplicações no Banco Privado Português só deixaram de dar dinheiro com a crise económica mundial

rem a dar dinheiro. O Estado deve aceitar a proposta?

Não. O Banco Privado está ligado à gestão de grandes fortunas. Não é um banco normal. Alguns clientes foram atrás do lucro das aplicações. Até há uns anos, as aplicações feitas no BPP deram dinheiro. Deixaram de dar com a crise económica.

Concorda com o congelamento de bens de alguns dos antigos administradores?

Isso é algo que pode facilmente cair no processo. Se, como é referido publicamente, se congelaram *offshores*, é preciso provar que estas pertencem às pessoas, que estão em nome dos arguidos. Isto é muito difícil de provar. Em Portugal, só uma vez é que se conseguiu o arresto de um *offshore*. Foi num caso do Vale e Azevedo e porque ele apresentou a *declaration of trust*, que é uma espécie de registo de propriedade do *offshore*.

A PJ e O Ministério Público estão preparados para investigar casos que envolvem circulação de dinheiro a nível mundial?

Acho que sim. Quer a Unidade contra a Corrupção da PJ quer a 9.ª secção do DIAP de Lisboa têm pessoas muito competentes. O problema não é a capacidade, mas sim as demoras nas respostas às cartas rogatórias normais neste tipo de processos. Num caso de José Veiga, há uma rogatória que foi enviada há três anos para o Luxemburgo e que ainda não teve resposta. ■

Mais noticiário na página 39



ID: 25437806

08-06-2009



Saramago chama "coisa" e outros nomes a Berlusconi



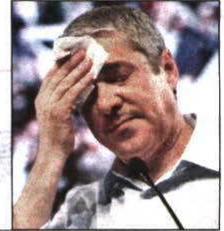
Ana Malhoa diz que a filha não se importou de a ver nua na Playboy

Segunda-feira ■ 8/6/2009 ■ Edição n.º 4.031 ■ Preço: 0,75 euros

Director: Pedro Tadeu
Director adjunto: Ricardo Martins Pereira

24horas

**Sócrates
leva uma
tarefa nas
eleições
europeias**



Jorge Coelho, quando saiu do Governo ganhava 160 mil euros por ano. Agora ganha mais de 300 mil

Fernando Gomes ganhava 45 mil euros e agora o seu salário ronda os 700 mil

Armando Vara ganhava 100 mil euros na política. Foi para a Caixa ganhar perto de 250 mil. Agora, no BCP ganha ainda mais

Dias Loureiro, só num negócio com o BPN ganhou 8 milhões de euros, seis anos depois de sair do Governo

António Mexia ganhava 680 mil antes de ser ministro. No Governo ganhou 54 mil. Agora ganha 1 milhão e 250 mil

COMO ANTIGOS MINISTROS GANHAM AGORA FORTUNAS



Representante exclusivo para Portugal

FerModet
Comércio de Marroquinaria, Lda.

Rua dos Açores, 36 | 4430 Vila Nova de Gaia
Tel. 223 718 396 | fermodet.lda@gmail.com

BANCA

Grupo luso-americano interessado na compra do BPN

“Holding” de João Costa Reis e do fundo norte-americano Apollo acha que banco “tem potencial” e diz que tem interesse no grupo “como ele é”

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

A Holdcontrol, “holding” detida por João Costa Reis e participada a 25% pelo fundo de investimento americano Apollo Management, está interessada na compra do Banco Português de Negócios (BPN). O presidente do grupo adiantou ao **Negócios** que esse interesse foi já manifestado à Caixa Geral de Depósitos, que gere o banco desde a nacionalização, e ao Ministério das Finanças. Quer Francisco Bandeira, presidente do BPN, quer o ministro Teixeira dos Santos já avançaram que privilegiavam a venda do banco.

“Temos interesse em comprar o BPN, no âmbito de um processo em concorrência, como um leilão, e bem organizado”, afirmou João Costa Reis, sublinhando ter “um parceiro que está entre os cinco maiores ‘private equity’ do mundo, com liquidez suficiente para fazer uma aquisição destas e de outras”, afirmou. De acordo com o presidente da Holdcontrol, a compra do banco, nacionalizado em Novembro do ano passado, seria feita através da “holding”, em conjunto com a Apollo Management, ou de um veículo a criar na “holding”.

Apesar do desgaste da marca BPN e das perdas acumuladas na

instituição, João Costa Reis acredita que o banco “tem potencial, caso contrário não tínhamos demonstrado interesse”. Relativamente ao valor da instituição, João Costa Reis sublinhou apenas que “nesta fase, a informação ainda é muito escassa, ainda não tivemos acesso a informação mais detalhada”. O responsável afirmou ainda que o interesse do grupo é no BPN “como ele é”.

A Holdcontrol, que detém a Domusvenda, empresa que opera no negócio de aquisição e gestão de crédito vencido (NPL), e o fundo imobiliário REF, comprou no início deste ano a Midfinance. “Uma empresa especializada em fusões e aquisições é extremamente vantajoso para nos ajudar na criação de valor em empresas em dificuldade”, explicou. O objectivo “é valorizar as empresas, ajudar os empresários na reestruturação e tentar fazer os seus ‘turnarounds’”, explicou.

“Nós lidamos com empresas em dificuldades, o BPN também é uma empresa que está com algumas dificuldades”, afirmou João Costa Reis, garantindo que, pelo contrário, o grupo não tem qualquer interesse no BPN, que “não tem a parte comercial – o que é importante – nem é possível reestruturar muito”.

Com a Midfinance, o grupo pode optar por entrar no capital de em-

presas, pode adquiri-las na totalidade ou comprar a sua dívida e depois transformá-la em capital. Entre cinco e sete anos é o prazo de maturidade que estima para sair das sociedades em que investiu. No caso do BPN, no entanto, João Costa Reis considera que “a duração teria de ser maior, porque, tratando-se de uma instituição financeira, requer mais estabilidade”. No BPN “seria uma entidade para ficar e tentar fazer crescer o grupo novamente”.

Um terço dos créditos que tem sob gestão – ou seja 600 a 700 milhões de euros – diz respeito a empresas. Trata-se de mais de mil empresas, das quais “uma franja pode ter um potencial para continuar”. É o caso da Papelaria Fernandes, onde a “holding” já assumiu “o compromisso de entrar no capital por acreditar que o projecto de recuperação está bem delineado”. Na actual conjuntura, o grupo tem vindo a ser contactado por muitas empresas que estão com dificuldades financeiras. Todos os sectores de actividade podem, à partida, interessar ao grupo, que está, no entanto, com uma atenção especial às áreas produtivas. A sua avaliação dessas sociedades passa por “conhecer a gestão, o modelo de negócio que estão a adoptar e a razão porque entraram em dificuldades”.

IDEIAS-CHAVE

AS MAIS RECENTES AQUISIÇÕES DA HOLDCONTROL

FUSÕES E AQUISIÇÕES

A Midfinance, especializada em fusões e aquisições, foi comprada este ano. A entrada no capital da Papelaria Fernandes é um dos primeiros passos na área da reestruturação de empresas.

GESTÃO DE PATRIMÓNIO

Ao grupo Orey, a Holdcontrol adquiriu a sociedade gestora de património Full Trust, que está sob a supervisão do Banco de Portugal e da CMVM, e que é a porta de entrada do grupo na actividade financeira. Esta sociedade irá gerir as unidades de participação de fundos que vai criar, os quais detêm os créditos em incumprimento adquiridos.

PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA

A empresa de promoção imobiliária Somalfa foi comprada e está a ser reestruturada. O grupo passou a deter empresas de construção no âmbito das compras de crédito aos bancos.

Grupo cria fundação de apoio psicológico a endividados

O grupo vai criar uma fundação para apoiar pessoas endividadas. A Fundação Agir está neste momento em processo final de aprovação, depois de já ter tido “luz verde” por parte da Segurança Social. “O objectivo é ajudar as pessoas a reestruturarem o seu orçamento e a sua própria vida”, explicou João Costa Reis, presidente da Holdcontrol, que sublinha que esta decisão, no âmbito de uma política de responsabilidade social, nasceu da experiência adquirida pela Domusvenda, empresa do grupo que opera no negócio de aquisição e gestão de crédito vencido, que lida com casos de pessoas que chegam a ter 17 créditos. Entre os objectivos da fundação está a prevenção, mas serão também criados grupos de apoio psicológico e de intervenção, semelhantes aos dos alcoólicos ou dos narcóticos anónimos, espalhados por todo o País. “Há muita gente a voluntariar-se, a querer ajudar”, garante Costa Reis.

João Costa Reis | Presidente da Holdcontrol diz que não tem interesse no BPN. E vai entrar no capital da Papelaria Fernandes.



Vladimir Rodas

RETRATO DA "HOLDING"

Grupo tem 1.800 milhões de dívida sob gestão

Neste momento está em processo de aquisição de várias carteiras de crédito. Depois de Espanha, olha para o Brasil

A Holdcontrol, de João Costa Reis e do fundo de investimento norte-americano Apollo Management, está hoje organizada em quatro áreas de negócio: financeira; imobiliária; de tecnologias de informação; e de aquisição e gestão de créditos (NPL) e de empresas em dificuldades.

As recentes aquisições da Midfinance, empresa de fusões e aquisições, e da Full Trust, sociedade gestora de património, permitiram ao grupo entrar na actividade financeira. João Costa Reis garante que a intenção não é de vir a constituir um banco a partir desta sociedade, mas sim criar fundos de crédito imobiliário adquirido e gerir as unidades de participação.

O grupo detém hoje cerca de 1.800 milhões de euros de dívida sob gestão, a que correspondem perto de 75 mil créditos. No final de 2008, o número de créditos sob gestão era da ordem dos 60 mil. João Costa Reis adianta que tem havido um crescimento muito grande nas compras de crédito, designadamente à banca, adiantando que o grupo está neste momento num processo de aquisição de várias carteiras. "Estamos interessados em adquirir

mais carteiras de crédito. Temos definida a aquisição do mesmo montante que adquirimos no passado, na ordem dos dois mil milhões", adiantou. A Domusvenda, a participada do grupo para a área dos NPL, gere actualmente cerca de 800 imóveis e mais de 6.000 hipotecas, residenciais e comerciais.

Do total de crédito que actualmente gere, um terço diz respeito a habitação, outro terço a empresas e o restante a consumo.

Já presente em Espanha, na área dos NPL, o grupo tem convites de investidores institucionais para se internacionalizar para novos mercados, na área da aquisição e gestão de créditos, mas este processo vai demorar mais tempo do que o grupo tinha inicialmente previsto. O Brasil é um dos países que João Costa Reis diz ter potencial. "A razão do atraso no Brasil é porque achamos que tudo deve ser feito passo a passo e que é essencial arranjar bons parceiros locais", explicou.

O grupo tem hoje 144 colaboradores, registou receitas de 19,2 milhões de euros em 2008 e lucros de 845 mil euros. Os activos totais somavam 57,9 milhões.

Estamos interessados em adquirir mais carteiras de crédito.

A razão do atraso no Brasil é porque achamos que tudo deve ser feito passo a passo.

JOÃO COSTA REIS

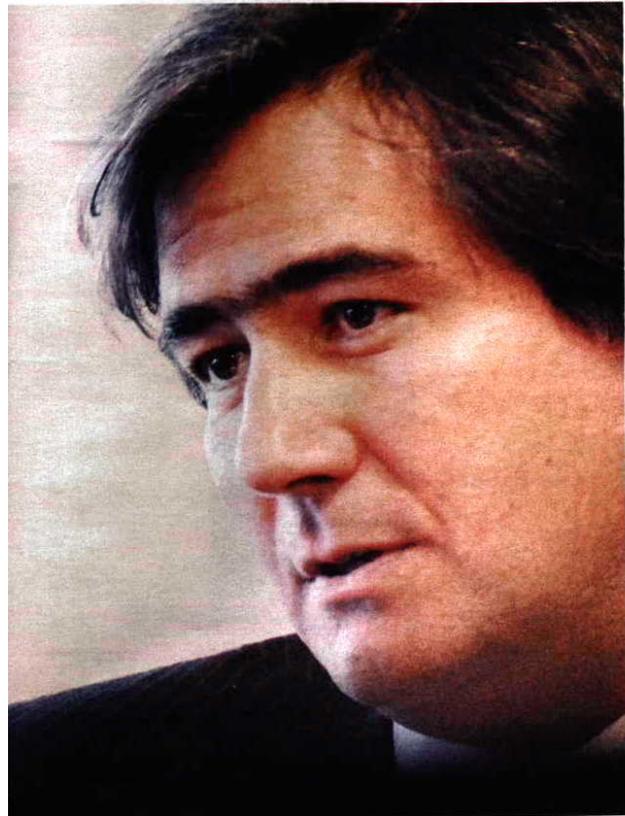
Presidente da Holdcontrol

€57,95 M

Total de activos da Holdcontrol em 2008. Em 2007 atingiram 87,8 milhões.

€19,217 M

Receitas da "holding" no ano passado. O resultado líquido foi de 845 mil euros.





Grupo luso-americano interessado na compra do BPN Empresas 8 e 9



SUPERVISÃO SOB ESCRUTÍNIO

Constâncio confrontado com novos documentos e condições para continuar



Vítor Constâncio | Além de ter que responder às perguntas dos deputados, o governador do Banco de Portugal vai ser convidado a ver um vídeo preparado pelo Bloco de Esquerda.

O governador do Banco de Portugal vai hoje à comissão de inquérito ao BPN. Os deputados prometem confrontar o supervisor com novos documentos que, alegam, mostram que sabia dos problemas no BPN. E vão querer que Constâncio diga se tem ou não condições para continuar no cargo

MARIA JOÃO GAGO mjgago@negocios.pt

TEMAS QUENTES
EM NOVEMBRO

Sete meses depois de ter estado cinco horas a explicar aos deputados o papel da entidade de supervisão no Banco Português de Negócios (BPN), Vítor Constâncio regressa hoje ao Parlamento para testemunhar na comissão de inquérito à nacionalização da instituição. E se em Novembro do ano passado a oposição foi dura com o governador do Banco de Portugal (BdP), desta vez os deputados estão longe de dar sinais de tréguas.

O CDS-PP, que há sete meses foi um dos partidos que mais insistiram no inquérito parlamentar, promete revelar hoje novos documentos que, alegadamente, "mostram que o BdP já sabia dos problemas do BPN, só não sabia do processo (o Insular) que o banco usava para os esconder". E o PCP garante que quer ouvir Constâncio falar sobre "a falta de condições, ou não, do governador para continuar em funções".

Outro dos temas quentes da au-

dição desta tarde será o facto de o supervisor ter recusado disponibilizar relatórios de inspeções feitas ao BPN e outros documentos à comissão, alegando sigilo profissional. Parte desta documentação foi obtida, informalmente, pelo CDS, que hoje a irá juntar ao dossiê oficial do inquérito parlamentar.

"Vamos juntar [ao dossiê] tudo o que o BdP devia ter disponibilizado à comissão", garantiu fonte centrada ao **Negócios**, adiantando que o deputado Nuno Melo irá perguntar a Constâncio "por que é que não colaborou" com o trabalho dos deputados. Uma questão que também está no bloco de notas de Honório Novo, do PCP.

BE mostra vídeo que relata uma "história de enganos"

Mas o governador não será chamado apenas a responder a perguntas. O Bloco de Esquerda quer que o homem-forte da supervisão bancária

veja um filme. "Fizemos um vídeo que vamos projectar. É uma história de enganos", com documentos e depoimentos recolhidos nas audições", antecipa João Semedo. O objectivo é "mostrar que o BdP tinha muita informação e que houve informação que foi desvalorizada".

O deputado do BE acredita que "se a supervisão tem sido mais prevenida, teria evitado o descalabro". E avisa que não se satisfaz com o argumento do BdP de que houve uma estratégia de ocultação de certas actividades fraudulentas. "Não é verdade. O supervisor tinha informação suficiente para procurar saber mais e interpretar certos sinais e indícios e pedir mais explicações".

É precisamente para avaliar a actuação da entidade de supervisão durante vários anos que o PS quer questionar Constâncio sobre os problemas que foram sendo detetados. "O mais importante é que o governador conte que inspeções

foram feitas ao longo do tempo e qual o seu conteúdo útil", sublinha Leonor Coutinho. A deputada socialista pretende ainda esclarecimentos sobre as "medidas especiais tomadas em relação ao BPN", como aconteceu com a imposição de um rácio mínimo de solvabilidade superior ao do resto da banca.

Hugo Veloso, do PSD, também promete confrontar o governador com o conteúdo dos documentos a que a comissão já teve acesso. E irá perguntar a Constâncio "por que é que, perante determinadas evidências, o BdP não usou os meios legais de que dispõe" para intervir numa instituição e aguardou até 2008.

Leonor Coutinho vai ainda mais longe e promete inquirir o governador sobre o que justifica que tenha evitado a candidatura de Filipe Pinalhal ao BCP e não tenha feito o mesmo com a nomeação de Abdool Vakil e Miguel Cadilhe para a liderança do BPN.

Quem pediu auditoria à Deloitte

Foi um tema quente na audição a Constâncio no Parlamento, em Novembro, antes da comissão de inquérito ser criada. Cadilhe afirma que foi a sua equipa que teve a iniciativa. O BdP diz que já a pedira antes e deixou a escolha da empresa à gestão.

Ausência de actas no BPN

Antes de Constâncio ir à AR, um gestor da equipa de Cadilhe tinha dito na RTP que no tempo de Oliveira Costa o BPN era gerido sem actas. O governador deixou esta pergunta por responder.

Rotação de gestores e auditores

Há sete meses, os deputados insistiam na elevada rotação de gestores e auditores como sinal de que algo ia mal no BPN. O tema saiu da agenda quando a comissão de inquérito começou a descobrir muitos outros dados.

O QUE SE DISSE



Miguel Cadilhe, ex-presidente do BPN

“Houve grave e demorada falha de supervisão”

Miguel Cadilhe, que liderava o BPN na altura da nacionalização, foi à comissão parlamentar de inquérito dizer que “houve grave e demorada falha de supervisão”. Falha que, na sua opinião, se prolongou no tempo. “Se o crescimento do banco foi mirabolante durante anos, então como é que o BdP não fez nada?”, questionou. Depois, o gestor financeiro do BPN na equipa de Cadilhe, das Neves, garantiu que o BdP podia ter tido acesso à informação sobre as mais de 90 “offshores” do grupo se tivesse exigido acesso às plataformas informáticas do BPN antes de Setembro de 2007.



Abdool Vakil, ex-presidente interino do BPN

“Havia 157 perguntas do BdP sem resposta”

Quando assumiu a liderança interina do BPN, após a saída de Oliveira Costa, Abdool Vakil encontrou 157 pedidos de informação do BdP por responder. O gestor garantiu no Parlamento que “a crispação entre o BPN e o supervisor começou a acontecer desde 2007, cerca de um ano antes” de Vakil assumir funções, em Fevereiro de 2008.



António Franco, antigo director de operações

“BdP pediu relatório e contas do Insular antes de 2007”

António Franco, antigo director de operações do BPN, revelou aos deputados que “o BdP pediu o relatório e contas do Insular muito antes de 2007. Porquê? Não sei”. O também ex-gestor do banco adiantou ainda que o supervisor chegou a ter acesso ao AS400, o servidor informático onde estavam registadas as operações entre o BPN e o Insular, banco cabo-verdiano usado para esconder prejuízos.



Dias Loureiro, ex-gestor do SLN

“Se BdP não está satisfeito, tem de aplicar coimas”

“O BdP nunca me questionou sobre o assunto, nem o tema foi abordado na reunião que tive” com António Marta. Foi esta a resposta de Dias Loureiro aos deputados, quando questionado sobre o facto de haver pedidos de informação do supervisor sem resposta. “Se o BdP não está satisfeito, tem de fazer novo pedido e, se continuar sem resposta, tem de aplicar coimas”, defendeu o ex-gestor da SLN.



António José Duarte, quadro do BPN

“Primeira questão formal sobre o Insular foi em 2007”

António José Duarte, que durante vários anos trabalhou na direcção de operações do BPN e depois passou a assessor da gestão, revelou na comissão de inquérito que “a primeira vez que o BdP questionou formalmente o BPN sobre o Insular foi num email de 27 de Julho de 2007”. Na altura, o supervisor queria saber “o que é que o BPN tinha relacionado com o Insular”. Duarte adiantou que esta questão não fazia parte da lista de perguntas sem resposta que Vakil encontrou quando assumiu a liderança.

DEFESA DO SUPERVISOR



Vítor Constâncio, governador do BdP

“Serviços do BdP exerceram com zelo e empenho”

Vítor Constâncio garante que “os serviços do Banco de Portugal exerceram com zelo, empenho e competência as tarefas próprias da supervisão prudencial, não tendo tido nunca acesso a informações ou denúncias que os pudessem levar a suspeitar das fraudes que estavam a ser cometidas”. Esta posição foi assumida numa carta enviada pelo governador à comissão parlamentar de inquérito, a 22 de Maio. Na missiva, Constâncio recorda ainda que o FMI avalia positivamente a actuação do BdP.

Pedidos de informação visavam preparar inspecção

No final de Janeiro, o vice-governador do BdP explicou na comissão de inquérito que os pedidos de informação sem resposta que Vakil encontrou no BPN foram feitos para preparar uma inspecção ao banco. “Todos os pedidos anteriormente entregues tiveram sequência e, nalguns casos, motivaram pedidos adicionais”, garantiu Pedro Duarte Neves.

BdP só soube da relação com Insular em Junho de 2008

“Houve uma reunião em Maio de 2008 com a administração de Abdool Vakil que foi determinante para se perceber que o Insular era do BPN e da existência de um balcão virtual”, afirmou Duarte Neves no Parlamento. Só em 2 de Junho é que Vakil assumiu a ligação entre os dois bancos, garante o BdP. “A 4 de Junho, determinámos a consolidação do Insular nas contas e a sua certificação por uma entidade externa, que não designou por que estava em curso a eleição de uma nova administração”, afirmou o vice-governador.

Supervisor aplicou coima em 2007 por falsa informação

Quando foi ao Parlamento, Duarte Neves revelou que, em 2007, o BdP abriu uma contra-ordenação ao BPN por prestação de informação falsa ao supervisor.

“Incapacidade para detectar fraudes não é falha”

Na carta que enviou há semanas à comissão de inquérito, Vítor Constâncio cita um estudo norte-americano que mostra que os reguladores só descobrem 10,9% das fraudes do sistema financeiro. “A incapacidade para prevenir fraudes, sobretudo quando cometidas a alto nível, não constitui em si mesmo uma falha da supervisão, que pode ter sido exercida com zelo e aplicação das melhores práticas internacionais”, escreve o governador nesta carta.

O QUE SE DISCUTE HOJE

Problemas detectados em 2002/5

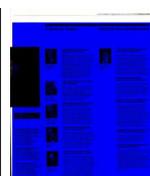
Um dos temas quentes da audição de hoje será o facto de os relatórios de inspecção do BdP referentes a 2002 e 2005 já apontarem diversos problemas. Os deputados consideram que já havia indícios suficientes para a supervisão ser mais dura com o BPN.

Razões para BdP não ser tão duro

Constâncio vai ser chamado a explicar as razões por que não tomou medidas mais duras, como nomear gestores provisórios ou pedir uma auditoria extraordinária mais cedo, perante os indícios de que dispunha.

Falta de colaboração do BdP

Vários deputados, do CDS ao PCP, prometem ser duros com Constâncio pelo facto de o BdP não ter disponibilizado à comissão de inquérito os relatórios das últimas inspecções feitas ao BPN, a que o CDS acabou por ter acesso.





Supervisão sob escrutínio

Banco de Portugal chumbou plano de Cadilhe e propôs nacionalização

Perante as dificuldades do banco, o supervisor considerou "inaceitável" o plano de apoio público pedido por Cadilhe e propôs nacionalização

A nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) foi proposta ao Governo pelo Banco de Portugal (BdP), face "à iminência da rotura de pagamentos" por parte da instituição. De acordo com uma carta que Vítor Constâncio endereçou ao ministro das Finanças a 30 de Outubro, divulgada pelo CDS-PP, a proposta do supervisor visava encontrar uma solução para o BPN alternativa à que tinha sido avançada pelo então presidente, Miguel Cadilhe, e que o BdP considerou "não ser aceitável".

A proposta de Cadilhe previa que o Estado injectasse 600 milhões de euros no BPN, através da subscrição de acções preferenciais sem voto. Os accionistas do banco propunham-se garantir um aumento de capital de 300 milhões e estimava-se que houve-se injeção de capital por novos investidores, que tornariam 45% do banco. Estava também prevista a emissão de um empréstimo obrigacionista.

Para Constâncio, "não parecia aceitável" que o Estado injectasse 600 milhões no banco e ficasse com mais de 50% do capital mas "sem quaisquer poderes de intervir na gestão". Por outro lado, "a remuneração das acções preferenciais proposta é inaceitável". O governador admitia ainda que o valor das necessidades de capital "parecia ser exagerado" para normalizar os rácios de capital da instituição, tendo em conta que, na altura, as imparidades resultantes das irregularidades detectadas ascendiam a 700 milhões.

Tendo em conta esta análise, "a proposta [de Cadilhe] não fornece adequadamente as devidas garantias de salvaguardar os interesses dos contribuintes", concluía a carta de Constâncio. Outra alternativa seria integrar o BPN noutro grupo bancário, mas não houve interesse

Face à iminência da rotura de pagamentos por parte do BPN (...), parece restar apenas a solução da nacionalização do banco.

VÍTOR CONSTÂNCIO

Carta ao ministro das Finanças, a 30 de Outubro de 2008

das instituições contactadas, nem "foi possível encontrar em tempo útil uma solução de integração noutra grupo". Neste contexto, e considerando que "as consequências sistémicas decorrentes da falência (...) serão necessariamente graves", o BdP propôs a nacionalização.

"Não sendo aceitáveis e/ou possíveis as soluções anteriores, e face à iminência da rotura de pagamentos por parte do BPN, esgotadas que estão as possibilidades de continuar a aumentar os apoios promovidos pelas autoridades, parece restar apenas a solução de nacionalização do banco, nas condições previstas na Constituição da República Portuguesa, que coloca a segurança do aforro e a estabilidade do sistema financeiro como valores constitucionalmente tutelados", escrevia Constâncio. Três dias depois, Fernando Teixeira dos Santos, ladeado pelo governador, anunciava a medida ao País.

Semanas de boatos em Lisboa, caos no mundo

As semanas anteriores à nacionalização do BPN estiveram recheadas de rumores sussurrados nos "corredores" do poder lisboeta. Havia especulação de que vários bancos estavam a sofrer corridas a depósitos. O antigo banco de José de Oliveira Costa era um deles. O fecho dos mercados de crédito que se seguiu à falência do banco norte-americano Lehman Brothers tinha mesmo levado vários governos, incluindo o português, a criar uma linha de garantias públicas destinadas a apoiar a captação de financiamento por parte da banca. No final de Outubro, o Barclays era o único banco europeu a ter usado este mecanismo. Com as eleições para a presidência dos Estados Unidos a poucos dias de terem lugar, o mundo duvidava da eficácia do plano de George W. Bush para salvar a banca norte-americana. E punha-se mesmo em causa a capacidade do Fundo Monetário Internacional para acorrer a todos os pedidos de ajuda de países à beira do colapso, como a outrora rica Islândia. Em Portugal, a grande banca começava a afirmar a intenção de usar o aval público. Ainda antes do mecanismo português ter sido usado, já o BPN tinha recebido assistências de liquidez no valor de 235 milhões de euros. Nos dias seguintes ao anúncio da nacionalização, feito a 2 de Novembro, um domingo, o banco necessitou de mais 300 milhões. A crise financeira mundial e as irregularidades detectadas no banco tinham colocado o BPN numa situação difícil.



O conselheiro que a comissão arr

Há seis meses, Dias Loureiro, antigo ministro e ex-gestor da SLN, era conselheiro de Estado. Antes da comissão de inquérito

ser criada, ofereceu-se para esclarecer o Parlamento. O seu papel no negócio ruinoso de Porto Rico e o facto de ter sido



Pedro Aperta

Reforço do poder de partidos minoritários deu eficácia às comissões de inquérito

Desde 2007, as comissões de inquérito deixaram de estar reféns do apoio das maiorias parlamentares

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

Em Janeiro, quando a comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN teve início, o alvo dos partidos da oposição era Vítor Constâncio. Do CDS ao Bloco de Esquerda, pedia-se a cabeça do governador do Banco de Portugal. Seis meses depois, os deputados já têm uma demissão na lapela. Não a de Constâncio, mas a de Manuel Dias Loureiro do lugar de conselheiro de Estado. Nunca um inquérito parlamentar tinha ido tão longe, ao ponto de deixar uma baixa no órgão de consulta do Presidente da República. Será um sinal de que as comissões de inquérito estão mais eficazes?

Para os deputados que lideraram o grupo de trabalho que preparou a última alteração ao regime jurídico dos inquéritos parlamentares, adoptada em 2007, não restam dúvidas. "É inevitável que sejam" mais eficazes, assegura Osvaldo Castro, do PS, que liderou os trabalhos. O representante do PSD, António Montalvão Machado também não hesita na resposta: "Sem dúvida nenhuma que [as últimas actualizações à lei] deram" mais eficácia às comissões.

Para os dois parlamentares dos partidos que têm alternado a liderança da Assembleia da República foi precisamente o aumento dos poderes das formações políticas minoritárias, introduzido pela alteração de 2007, que deram novo vigor aos inquéritos. Actualmente, "todos os grupos parlamentares têm direitos", nota o responsável do PSD. Já o deputado socialista recorda que foi esse o espírito que presidiu à última actualização do regime. "Houve a preocupação de ter uma legislação que estivesse à medida de toda a gente", recorda em declarações ao Negócios.

Para Osvaldo Castro, "uma alteração muito importante foi cada um dos partidos poder indicar potestativamente um número de pessoas que quer ouvir". Sem isso, não teria sido possível ouvir mais de 40 pessoas, como aconteceu no inquérito à nacionalização do BPN. "Antes era impossível", garante. Já a limitação do número de membros das comissões "foi fundamental para dar maior operacionalidade" aos inquéritos da Assembleia da República, assinala o deputado socialista. E antes, ao contrário do que acontece hoje, os elementos efectivos "não podiam ser substituídos" por membros suplentes.

Na opinião de Montalvão Machado foi ainda vital que algumas decisões das comissões não estivesse dependentes do apoio do partido maioritário. "Antes, não havia a possibilidade, sem maioria, de fazer diligências, o que prejudicava a descoberta da verdade", salienta o deputado do PSD.

Entre quem já foi parte interessada em anteriores comissões de inquérito, o juízo sobre a eficácia destes mecanismos varia. Para Ricardo Sá Fernandes, advogado de familiares de vítimas do caso Camarate, o inquérito parlamentar "é um instrumento muito importante na averiguação histórica dos factos". O advogado acredita que "a investigação judiciária pode beneficiar" do trabalho feito no Parlamento.

Pronça de Carvalho, advogado de António Champalimaud, empresário que fez um acordo com o Estado alvo de escrutínio parlamentar, é fundamental separar os dois poderes. "Quando há processos judiciais não devia haver coexistência de processos. A justiça rege-se por princípios de imparcialidade e rigor. A discussão política é feita de harmonia com as inclinações partidárias. Os ajustes de contas não são formas de abordar as questões", alerta.

IDEIAS-CHAVE

O QUE MUDOU NA REVISÃO À LEI DAS COMISSÕES DE 2007

1 DIREITO DA MINORIA IMPOR 15 TESTEMUNHAS

Só após 2007 é que os partidos que não têm maioria passaram a ter o direito potestativo de impor a audição de um máximo de 15 testemunhas. Os restantes depoimentos requerem a aprovação da maioria dos deputados. Antes, todas as audições estavam dependentes do apoio da maioria

2 FIXAÇÃO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE MEMBROS

Até 2007, o número de deputados membros das comissões de inquérito era fixado pelo presidente da Assembleia da República, depois de ouvir os representantes dos diferentes partidos. Agora, as comissões não devem ter mais de 17 membros, desde que esteja assegurada a representatividade partidária

3 MAIOR CAPACIDADE DE IMPOR DILIGÊNCIAS

Só com a alteração de 2007, a realização de diligências instrutórias "consideradas indispensáveis" passaram a ser de "realização obrigatória", deixando de estar sujeita à deliberação da comissão

CAMARATE



Sá Fernandes é advogado da família de outras vítimas do acidente em que morreu Sá Carneiro.

Camarate é um excelente exemplo a favor das comissões de inquérito.

RICARDO SÁ FERNANDES
Advogado

Para Sá Fernandes, as comissões de inquérito "são um instrumento fundamental e muito importante na averiguação histórica dos factos, não exclusivo porque não se substitui aos tribunais". A opinião baseia-se na sua experiência no caso da investigação ao acidente de Camarate, que vitimou o primeiro-ministro Sá Carneiro e membros da sua equipa governamental. "Através da comissão de inquérito foi possível que a história registasse a probabilidade de ter havido sabotagem".

CHAMPALIMAUD



Pronça de Carvalho era advogado de António Champalimaud, antigo dono do Totta & Açores.

As comissões de inquérito deviam ter competências exclusivas de natureza política e administrativa.

PROENÇA DE CARVALHO
Advogado

Daniel Pronça de Carvalho participou na comissão de inquérito ao acordo entre o Estado e António Champalimaud em que o empresário negociou uma indemnização única para deixar cair vários processos contra o Estado em que pedia várias compensações financeiras. Para o advogado, as comissões de inquérito deviam ter apenas competências na área política e administrativa e "quando há processos judiciais sobre o mesmo tema não devia haver coexistência de processos".

edou do lugar

desmentido quanto a uma reunião com António Marta acabaram por o levar a sair do Conselho de Estado.

Vítor Constâncio confrontado hoje com novos dados no caso BPN



Deputados querem que
o governador diga se
tem condições para se
manter no cargo

Primeira Linha 4 a 7

A Cor do Dinheiro



CAMILO LOURENÇO

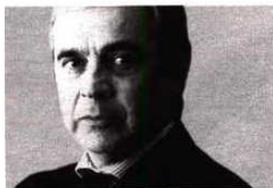
BPP: de que está a Justiça à espera?

As autoridades judiciais desencadearam nova ofensiva na investigação ao Banco Privado Português. Desta vez, a avaliar pelo que se ouve nos bastidores, sem luvas de pelica. Uma atitude que se louva mas que peca por tardia. Vejamos: quando estalou o escândalo BPP, disse-se que se estava perante um caso muito diferente do BPN. José Miguel Júdice, presidente da mesa da assembleia-geral do banco, chegou a dizer, no programa de TV "A Cor do Dinheiro", que os problemas do BPP não eram caso de polícia mas o resultado de erros de gestão, agravados pelos problemas conjunturais do mercado financeiro.

O que se sabe, hoje, chega para dizer que Júdice e outros accionistas, como Stefano Saviotti, Pinto Balsemão, Vaz Guedes, etc, estavam enganados. Provavelmente levados por gente com responsabilidade na gestão do BPP em quem, erradamente, confiaram. Mas se os accionistas se deixaram enganar, eles que arquem com as responsabilidades. O mesmo não se pode dizer dos clientes do banco e dos contribuintes. Os primeiros (os dos produtos de retorno absoluto) têm direito a que o Estado compense o resultado das falhas de supervisão. Os segundos, que são quem vai pagar os erros de gestão, agradecem que a Justiça actue a doer e que ponha os autores de actos criminosos (no BPP também os há e bem à vista) atrás das grades. E que recupere, do seu património, pelo menos parte daquilo que ali foi parar indevidamente. Só que isso exige rapidez de actuação.



Um exemplo a não seguir



JOSÉ PEDRO AGUIAR-BRANCO



Pedro Elias

Sabemos que as campanhas eleitorais potenciam excessos de linguagem e esticam emoções. Sabemos, ainda, que a oportunidade eleitoral condiciona prioridades políticas que, se não puserem em causa o nosso bem estar comum, se podem compreender tendo em vista o ganho que podem representar na opção a tomar pelos eleitores. Mas há fronteiras que não se podem ultrapassar. E, a primeira de todas, é a do bom nome das pessoas ou das instituições, logo seguida do nível da linguagem que carimba a imagem do político que a utiliza.

Vital Moreira, nesta campanha para as europeias, caprichou em fazer o que de pior se pode fazer na política: manipulou os factos e usou uma linguagem “para ordinária” que, para além de o não honrar, contribui para a descredibilização da classe política e para o afastamento das pessoas dos políticos.

O chamado caso BPN é, talvez, o tema mais e melhor escrutinado na Assembleia da República, com expressão directa e transparente quer para a comunicação social quer para o comum dos portugueses. As sessões da Comissão de Inquérito, na sua larga maioria acompanhadas em directo pela televisão, o número de audições realizadas, a qualidade das pessoas que depuseram, os documentos que foram exibidos e a atitude de todos deputados membros da comissão deram aos portugueses um bom motivo para se orgulharem do seu parlamento

e para se sentirem confortados com os seus eleitos. Em particular, a intervenção dos deputados do PSD, como com relevante seriedade, coragem e honradez, a presidente da Comissão – a deputada socialista Maria de Belém Roseira – reconheceu, foi exemplar do que deve ser o exercício de um mandato que coloca, acima de qualquer interesse partidário, o interesse nacional. O caso BPN é grave, envolve várias figuras públicas, questiona o papel de várias instituições – entre as quais o Banco de Portugal – e afecta o dinheiro dos nossos impostos. Mas, o escrutínio destes meses, permitiu compreender que o PSD como instituição e partido de poder responsável, não tem nada a ver com o caso BPN, não retirou qualquer benefício dos ilícitos praticados e não tem nada a temer quanto às conclusões que se venham a retirar, a final, dos processos que se encontram pendentes. Por tudo o que foi o comportamento do PSD, ficou, claro, para quase todos os portugueses, que este não teme a verdade. E digo quase todos porque Vital Moreira revelou, à boa maneira dos ensinamentos da sua origem ideológica comunista, que a verdade se modela ao sabor da conveniência, num exercício típico da boa escola soviética de tentar reescrever a história segundo a versão oficial. Neste caso, querendo ser ele a versão oficial.

Claro que se a baixa política se limitasse a Vital Moreira, a dimensão do problema era pouco mais do que

insignificante. A “reprise” de Santos Silva e o silêncio de Sócrates sobre esta forma torpe de fazer política, e que significa o aval do partido socialista a esta nova estratégia para a manutenção do poder, é que não augura nada de bom sobre o que nos reservam as próximas duas campanhas eleitorais.

José Sócrates sentiu, nesta campanha eleitoral, a atmosfera agreste que existe para lá do mundo estrito do aparelho socialista ou dos que dele precisam para sobreviver politicamente. A capacidade de encenação, ainda que aqueça a eficácia mediática dos encontros, já não consegue esconder a fria realidade do relacionamento que está para lá do universo partidário. O sentimento de fim de ciclo que consome quem nos últimos catorze anos esteve nada menos que onze no poder, arrasta a estratégia política do partido socialista para lá do que eticamente é aceitável numa versão desesperada do “vale tudo” para manter “os anéis nos dedos”. O ensaio das europeias, não podia ser mais significativo. A bem da democracia esperemos que o meu mau augúrio não se concretize e que, por uma vez, José Sócrates nos surpreenda com um exercício de tolerância e de bom senso poupando o país à descredibilização definitiva da classe política!

José Pedro Aguiar-Branco
Advogado e Vice-Presidente do PSD

”
Vital Moreira,
nesta campanha
para as europeias,
caprichou
em fazer
o que de pior
se pode fazer
na política:
manipulou
os factos e usou
uma linguagem
“para ordinária”

08-06-2009

Tiragem: 17834

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Economia, Negócios e

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 8,86 x 2,04 cm²

Corte: 2 de 2



José Pedro Aguiar-Branco
Vital Moreira e o BPN:
"Um exemplo a não seguir"





ID: 25437209

08-06-2009

Segunda-feira, 8 de Junho de 2009
 • Diário • Ano X • Nº 1516 • €1,60
 Director: Pedro Santos Guerreiro; Directores-adjuntos:
 Helena Garrido, João Cândido da Silva

José Pedro Aguiar-Branco
Vital Moreira e o BPN:
 "Um exemplo a não seguir"



Camilo Lourenço
 "BPP: de que está
 a Justiça à espera"

★★★
 Melhor jornal online português 1º Prémio, 3º Ano

negócios

JORNAL www.negocios.pt

PSD vence PS



● Ferreira Leite diz que portugueses querem uma alternativa de poder

● José Sócrates admite que os resultados foram "decepcionantes"

● Votos nos partidos do bloco central caem para valores mínimos

O PSD venceu as eleições europeias de 2009 o que acontece pela primeira vez desde 1989. No seu conjunto, os votos nos dois partidos do bloco central, interromperam uma tendência de subida que se registava desde a ade-

são à, então, CEE. Os partidos de esquerda, com relevo para o BE, ganharam esses votos. Na UE a vitória é do PPE, o que viabiliza a manutenção de Durão Barroso como presidente da Comissão Europeia. **Economia 26 a 29**



Merkel e Sarkozy ganham



Brown e Zapatero perdem

Estado dá garantias e baixa custo do TGV

Bancos portugueses são os financiadores e accionistas **Empresas 10**

Na edição de hoje



Rodas, Vida e Outras Diversões Matemáticas
 Martin Gardner

SUPLEMENTO

Conheça os 8 fundos favoritos dos gestores de fundos

10 erros que deve evitar agora



Vitor Constâncio confrontado hoje com novos dados no caso BPN



Deputados querem que o governador diga se tem condições para se manter no cargo
Primeira Linha 4 a 7

Pub

T 226 196 260
 226 196 259
 E info@ege.pt
 S www.ege.pt

EGE ESCOLA GESTÃO EMPRESARIAL

FA FORMAÇÃO AVANÇADA

Gestão dos Sistemas de Informação
 Início: 19 Junho 2009
 Duração: 30 horas

Finanças Internacionais
 Início: 26 e 27 Junho 2009
 Duração: 15 horas

Abertas as candidaturas.

mercure.com : UM CLIQUE, 762 HOTÉIS !





Opinião José Pedro Aguiar-Branco*

Segunda-feira

O ponto de viragem



À hora em que escrevo estas palavras, ainda não sei qual o resultado das Eleições Europeias. Mas, independentemente do mesmo, sei que a campanha eleitoral despertou vontades de mudança e consolidou o sentimento de que é possível arrear José Sócrates do poder.

É verdade que a participação de José Sócrates na campanha eleitoral permitiu atenuar as gritantes debilidades de Vital Moreira, concentrar nele o odioso da baixa política, que o partido socialista ensaiou como estratégia nestas eleições, e lançar um sopro de optimismo nas hostes do partido. Mas só quem não participou em acções de campanha, nomeadamente em iniciativas de contacto directo com as pessoas, na rua ou em encontros com classes profissionais, de Norte a Sul do País, é que pode iludir-se quanto à natureza da actual relação dos portugueses com o Governo.

José Sócrates sentiu, nesta campanha eleitoral, a atmosfera agreste que existe para lá do mundo estrito do aparelho socialista ou dos que dele precisam para sobreviver politicamente. A capacidade de encenação, ainda que aqueça

a eficácia mediática dos encontros, já não consegue esconder a fria realidade do relacionamento que está para lá do universo partidário. O sentimento de fim de ciclo que consome quem, nos últimos 14 anos, esteve nada menos do que onze no poder, arrasta,

É dessa política plástica,
formatada, espumosa, que vive
e se esgota no slogan
mediaticamente conseguido,
que os portugueses estão fartos

assim, a estratégia política do partido socialista para lá do que eticamente é aceitável numa versão desesperada do “vale tudo” para manter “os anéis nos dedos”.

É esse desespero que leva à baixa política. Primeiro, com o recurso ao mau gosto do ataque

pessoal chamando de retrógrada, antiquada e com falta de jeito para a política a Ferreira Leite. Como se jeito para a política fosse jeito para iludir, jeito para anunciar ou jeito para faltar à verdade, em que José Sócrates, efectivamente, dá cartas. Pena que o primeiro-ministro tenha tanto jeito para essa política e falta de competência, que se reconhece a Ferreira Leite, para governar. O País estaria bem melhor... Depois, com o tema BPN, a que Vital Moreira, no último dia da campanha chamou de *faits divers*. Ou seja, qual “esperteza saloia”, Vital Moreira revolveu-se na lama do caso, quis, sem sucesso, atrelar o PSD e, à boca das urnas, ensaiou lavar a face desvalorizando o tema.

É dessa política plástica, formatada, espumosa, que vive e se esgota no slogan mediaticamente conseguido, que os portugueses estão fartos. E nisso, estas eleições podem ser o ponto de viragem para outra forma de estar na política!

* Advogado, vice-Presidente do PSD